

Ofício nº 190/2025 - JUR IDECAN

Brasília/DF, 15 de abril de 2025.

**Ilmo. Procurador da República no Município de Ilhéus/Itabuna,**

**Notícia de Fato nº 1.14.001.000143/2025-27**

Cumprimentando Vossa Senhoria, servimo-nos do presente para, em resposta à vossa requisição, prestar os devidos esclarecimentos.

Trata-se de demanda formalizada junto ao Ministério Público Federal através do Ofício nº 63/2025-GABPRM003-BOS, acompanhada da Manifestação nº 20250014002, razão pela qual através do qual foram solicitadas informações, consubstanciadas nos termos a seguir:

“Cumprimentando-o cordialmente, o Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República signatário, solicita a Vossa Senhoria que, no prazo de 10 (dez) dias, forneça as informações que entender pertinentes sobre a suposta irregularidade no edital, conforme documento DIGI-DE-NÚNCIA 20250014002/2025 (PRM-ILH-BA- 00002755/2025) encaminhado com este ofício.

Ademais, informa-se que, conforme a Portaria PGR/MPF No 1213, de 26/12/2018, a resposta a este ofício deverá ser encaminhada por meio do Link: <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.”

Considerando o teor da manifestação protocolada, entende-se ser oportuno tecer as devidas ponderações acerca do **Concurso Público destinado ao provimento de vagas nas Universidades Federais do Sul da Bahia (UFSB) e do Oeste da Bahia (UFOB), regido pelo Edital nº 01/2025.**

O referido edital estabelece, entre suas diretrizes, a observância da Lei Federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que institui a política pública de reserva de vagas para candidatos negros no âmbito da administração pública federal. De acordo com o disposto na norma legal mencionada, 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos deverão ser reservadas a candidatos que se autodeclarem negros, no ato da inscrição.

Ressalte-se que a aplicação dessa política visa promover a igualdade de oportunidades e corrigir desigualdades historicamente impostas à população negra no acesso a cargos públicos.

Assim, a destinação do percentual mínimo de 20% das vagas às pessoas negras não constitui mera faculdade da administração, mas sim obrigação legal expressamente imposta e de observância obrigatória nos certames públicos.

Dessa forma, reafirma-se o compromisso da administração com a legalidade e com os princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana, assegurando que o concurso regido pelo Edital nº 01/2025 respeitará integralmente o dispositivo legal pertinente, *in verbis*:

**Art. 1º** Ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, na forma desta Lei.

**§ 1º** A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

Tendo em vista a previsão expressa no subitem 5.1 do Edital nº 01/2025, que dispõe sobre a observância da legislação federal referente à reserva de vagas para candidatos negros, conclui-se que se aplicam ao certame todos os dispositivos normativos pertinentes à Lei nº 12.990/2014. Ressalte-se, contudo, que a referida norma não dispõe de forma expressa e inequívoca quanto ao método de aplicação do percentual reservado, especialmente no que se refere ao cálculo baseado no somatório total de vagas ofertadas ou na análise individualizada por cargo.

Nesse contexto, após o recebimento da presente demanda, foi promovido um estudo jurisprudencial acerca do método majoritário de aplicação do percentual legal em concursos públicos atualmente, com o intuito de melhor avaliar a situação posta. Ainda que existam precedentes em que o cálculo da reserva tenha sido realizado de forma individualizada por cargo, verificou-se que o entendimento majoritário dos tribunais pátrios é no sentido de que tal metodologia pode restringir indevidamente o alcance da política afirmativa, esvaziando sua efetividade e violando o direito dos candidatos beneficiários da lei.

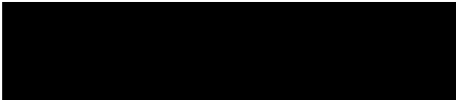
Dessa forma, com o objetivo de assegurar o cumprimento integral da Lei nº 12.990/2014 e sanar eventuais dúvidas sobre a aplicação do percentual de reserva, informamos que os cargos que ofertam 03 (três) vagas ou mais já foram contemplados com a reserva prevista, conforme determina o §1º da referida legislação. Quanto aos cargos que disponibilizam menos de três vagas, a distribuição das cotas será realizada em no momento da convocação, a partir da classificação dos candidatos autodeclarados negros que obtiverem as melhores pontuações, garantindo-se, assim, o cumprimento da reserva de 20% do total de vagas ofertadas, de forma equânime e proporcional.

Adicionalmente, cumpre informar que todos os candidatos tiveram, no momento da inscrição, a oportunidade de se autodeclarar negros, o que viabiliza a identificação precisa dos beneficiários da política de cotas que apresentarem melhor desempenho no certame, assegurando a aplicação adequada e justa do percentual de reserva previsto em lei, em consonância com os princípios da igualdade material e da eficiência administrativa.

Diante do exposto, conclui-se que não subsistem fundamentos jurídicos que justifiquem a continuidade da Notícia de Fato nº 1.14.001.000143/2025-27, uma vez que a pretensão nela contida se baseia em mera insatisfação quanto à suposta inobservância do direito à reserva legal de vagas. Destaca-se que todos os atos praticados no âmbito do concurso público têm observado estritamente os princípios da legalidade, da impessoalidade e da vinculação ao edital, não havendo qualquer ofensa aos dispositivos legais ou aos direitos dos candidatos beneficiários da política de cotas, razão pela qual não se recomenda o prosseguimento da presente demanda.

Espera-se ter prestado os subsídios necessários, bem como permanecemos à disposição para o que for necessário.

Sem mais para o momento, renovamos votos de elevada estima e consideração.



**THIAGO DE SOUSA VIEIRA SILVA**  
Presidente do IDECAN

Ilmo. Sr.  
Bruno Olivo de Sales,  
Procurador da República no Município de Ilhéus/Itabuna,  
Nesta.